

Indústria classifica como insustentável resultado do LRCAP e pede revisão das contratações

União destaca 10 questões essenciais que precisam ser esclarecidas sobre o leilão

O movimento **União Pela Energia** expressa a preocupação da base industrial brasileira com o aumento insustentável do custo da energia caso os resultados do Leilão de Reserva de Capacidade sejam integralmente homologados. Diante do volume excessivo de contratações sem comprovação técnica, do impacto econômico de ao menos R\$ 515 bilhões e aumento que pode chegar a 12% na tarifa para o segmento industrial, o União pede a suspensão da homologação do LRCAP até que todos os esclarecimentos sejam feitos. O leilão deve ser mantido com a revisão de seus resultados, excluindo-se qualquer possibilidade de anulação integral do certame, o que provocaria insegurança institucional e agravaria a instabilidade do setor elétrico.

Como demonstram as manifestações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), a energia elétrica representa parcela relevante dos custos do setor produtivo e os resultados do LRCAP comprometerão a competitividade da indústria nacional. Como consequência, são inevitáveis o impacto nos índices de inflação, o aumento no custo de vida da população e possíveis reflexos na retração da atividade de fábricas e na geração de emprego, entre outros efeitos negativos.

O procedimento de homologação em um leilão não é automático, mas sim uma etapa essencial em que as contratações podem ser validadas ou refutadas. Os consumidores de energia classificam como insustentáveis os resultados do LRCAP, com indicativo de manutenção apenas dos empreendimentos que atenderão o período de 2026 a 2028. Há tempo para se buscar alternativas mais sustentáveis para os anos seguintes. A previsão do barateamento de tecnologias, como as baterias, a modernização das tarifas de energia e a possibilidade de estímulo a práticas já existentes, como a resposta da demanda, podem levar a caminhos menos custosos, mais eficientes e mais aderentes aos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil.

A recorrente contratação de volumes cada vez maiores de energia sem planejamento, sem critérios técnicos e sob governança fragilizada cria ainda mais problemas. Por isso, o União defende que novos leilões de capacidade só ocorram após uma revisão estrutural do setor.

Para contribuir com as avaliações dos órgãos reguladores e fiscalizadores que já analisam os resultados do LRCAP, o União Pela Energia consolidou alguns questionamentos essenciais para o esclarecimento do processo e a devida informação à sociedade:

1. Qual a premissa predominante que fundamenta a necessidade do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026: (i) atendimento à ponta de carga e aos requisitos de potência nas horas críticas do sistema; ou (ii) reforço estrutural de segurança energética de médio e longo prazo? Que estudos técnicos demonstram a insuficiência dos recursos existentes para atendimento dessa necessidade específica?

2. Quais critérios operativos e restrições técnicas foram considerados como mínimos necessários para definição dos produtos de potência contratados no LRCAP 2026? Especificamente: qual a duração horária efetiva da necessidade de potência identificada pelo operador; em quais meses e horários essa necessidade se materializa com maior criticidade; qual o nível de flexibilidade operativa efetivamente requerido; e principalmente quais entidades foram responsáveis pela definição técnica detalhada dessas premissas e requisitos?

3. No caso das termelétricas existentes, quais fundamentos técnicos, regulatórios e econômicos justificaram a definição do preço-teto em R\$ 2.250.000/MW-ano? Considerando que o valor representa elevação aproximada de 78% em relação ao LRCAP de 2021, quais variáveis explicam essa diferença, especialmente diante da existência de ativos já amortizados ou previamente instalados?

4. No caso das termelétricas novas, quais fundamentos técnicos, econômicos e metodológicos justificaram a definição do preço-teto em R\$ 2.900.000/MW-ano? Quais premissas de CAPEX, OPEX, financiamento e risco foram consideradas para suportar um preço-teto aproximadamente 130% superior ao observado no certame de 2021, que também contratou empreendimento novo?

5. Qual instituição possuía atribuição formal de monitorar a efetiva competitividade econômica do leilão e zelar pela modicidade tarifária durante a realização do certame? Considerando os reduzidos deságios ao longo das rodadas competitivas, especialmente após a contratação dos produtos de atendimento mais imediato (2026 e 2027), quais elementos técnicos e econômicos justificaram a continuidade da contratação dos produtos com suprimento a partir de 2028, 2029, 2030 e 2031? Qual o motivo do leilão não ter sido encerrado após a verificação dos primeiros resultados? OU, por que não foram aplicados os mecanismos tradicionais dos leilões do setor elétrico que permitem a redução da demanda para promover a competição em casos de deságios insatisfatórios?

6. Qual a expectativa oficial de despacho das termelétricas contratadas no LRCAP 2026 nos próximos cinco anos? Qual a estimativa consolidada de custo variável de operação dessas usinas; qual a projeção de impacto tarifário total aos consumidores considerando receita fixa e CVU; e quais cenários hidrológicos e de operação embasaram essas estimativas?

7. Quais alternativas de suprimento de potência de menor custo sistêmico — incluindo programas de resposta da demanda, armazenamento e soluções locais — foram avaliadas previamente à definição do escopo do LRCAP 2026, e quais critérios técnicos e econômicos justificaram sua não priorização?

8. Os estudos técnicos do Governo, para fundamentar as necessidades de potência adicional, levaram em consideração todas as contratações compulsórias aprovadas pelo Congresso Nacional, como PCHs, Biomassa e Carvão?

9. Nos estudos técnicos do Governo e na definição das restrições operativas das térmicas (rampas/tempo mínimo de despacho) foi considerado o efeito sobre o curtailment das usinas renováveis? A possibilidade de cortes adicionais foi precificada?

10. Qual a comparação feita com outras alternativas como bateria e outras tecnologias renováveis, em função da alteração de preço teto?

Quem Somos

O movimento **União pela Energia** reúne 70 setores da indústria brasileira, que se mobilizaram para dialogar com a sociedade civil, governos, reguladores e com o Congresso Nacional para modernizar o setor elétrico e evitar que ineficiências e subsídios sejam repassados para a conta de luz de todos os consumidores de energia elétrica.

União Pela Energia

www.uniaopelaenergia.com.br

Assessoria de Imprensa

61 99959-8685
